

Intervenções direcionadas para crianças em vulnerabilidade social: uma Revisão Integrativa da Literatura

Interventions targeted at children in social vulnerability: an Integrative Literature Review

Sandra Duarte Antão^{1*}, Ana Cláudia de Azevedo Peixoto²

Como citar esse artigo. ANTÃO, S. D.; PEIXOTO, A. C. A. Intervenções direcionadas para crianças em vulnerabilidade social: uma Revisão Integrativa da Literatura. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 12, n. 2, p. 41-49, mai./ago. 2021.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Resumo

Crianças em vulnerabilidade social estão expostas a inúmeros estressores que ocorrem de maneira crônica, contribuindo para alterações importantes nas habilidades de autorregulação e socioemocionais. O trabalho direcionado para essa fase do desenvolvimento tem sido apontado como um fator de proteção importante na prevenção de psicopatologias ao longo da vida. O objetivo deste artigo foi mapear quais intervenções, a partir dos pressupostos teóricos da abordagem cognitivo-comportamental, têm sido aplicadas na última década no Brasil para crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social. Para tal, foi utilizado o método da Revisão Integrativa da Literatura. A escolha desta abordagem psicológica justificou-se por ter vasta comprovação empírica e resultados científicos eficazes e eficientes. Após o levantamento dos artigos e estudo dos mesmos, não foram encontrados protocolos baseados nesta abordagem teórica para esta finalidade. A análise apontou que para atuação em contextos de vulnerabilidade social é necessário o trabalho em rede e que o pesquisador participe ativamente do contexto ecológico da comunidade. Tornam-se relevantes pesquisas que contribuam para a utilização da Terapia cognitivo-comportamental com populações em situação de vulnerabilidade social, favorecendo a utilização de técnica sem crianças e suas famílias que poderão emergir como um importante componente de prevenção a diversos problemas, e favorecendo diálogos que visem formas de redução da desigualdade social no país.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, infância, Terapia cognitivo-comportamental, Intervenção.

Abstract

Children in social vulnerability are exposed to numerous stressors that occur chronically, contributing to important changes in self-regulation and socio-emotional skills. The work aimed at this stage of development has been identified as an important protective factor in the prevention of psychopathologies throughout life. The aim of this article was to map which interventions, based on the theoretical assumptions of the Cognitive-behavioral approach, have been applied in the last decade in Brazil to children and families in situations of social vulnerability. To this end, the Integrative Literature Review method was used. The choice of this psychological approach was justified by having vast empirical evidence and effective and efficient scientific results. After surveying the articles and studying them, protocols based on this theoretical approach for this purpose were not found. The analysis pointed out that to work in contexts of social vulnerability it is necessary to work in a network and that the researcher actively participates in the ecological context of the community. Researches that contribute to the use of Cognitive-Behavioral Therapy with populations in situations of social vulnerability become relevant, favoring the use of techniques in children and their families, which may emerge as an important component of prevention of various problems, and favoring dialogues aimed at ways to reduce social inequality in the country.

Keywords: Social vulnerability, childhood, Cognitive behavioral therapy, Intervention.

Introdução

Abordar a temática de saúde mental infantil é desempenhar um papel que permite, sobretudo, pensar sobre práticas que favoreçam o desenvolvimento estável e que contribua para uma vida emocionalmente saudável. Aspectos individuais e pertencentes ao contexto da criança compõem as condições necessárias para que seu desenvolvimento possa ser explorado em toda sua potencialidade. Elucidar os fatores de risco e de proteção permite analisar as circunstâncias que favorecerão a integralidade do cuidado direcionado às crianças e auxilia a todas as instâncias que participam de seu crescimento a propor estratégias de prevenção

e promoção. Na Resolução nº42/1995 (BRASIL, 1995) - o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) - formulou as diretrizes nacionais para a política de atenção integral nas áreas de saúde, educação, assistência social e trabalho. O referido documento possibilita compreender a importância de ações articuladas que atendam às demandas que emergem do processo de desenvolvimento na infância e adolescência. No entanto, “observa-se uma inclusão tardia da saúde mental infantojuvenil na agenda das políticas públicas, nacional e internacional” (GAUY; ROCHA, 2014, p. 784). Este atraso acaba gerando o surgimento de uma grande demanda que muitas vezes já acometida por uma psicopatologia, necessita de intervenção e cuidados. Muitas das diferentes

Afiliação dos autores

¹Mestre em Psicologia/ Programa de Pós-Graduação/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica – RJ, Brasil.

²Doutora em Psicologia/ Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica – RJ, Brasil

* Email de correspondência: sandra.anta@bol.com.br

Recebido em: 04/11/20. Aceito em: 07/05/21.

manifestações cognitivas, emocionais e comportamentais consideradas disfuncionais em adultos, indicam ter tido início ainda na infância, e por esta razão, é prioritário conhecer quais as vivências contribuem na ativação de padrões desadaptativos e quais incidem de forma favorável (CAMINHA; CAMINHA, 2016; GAUY; ROCHA, 2014; MAIA; WILLIAMS, 2005). Papalia, Olds e Feldman (2006) apontam que algumas dessas vivências podem vulnerabilizar a criança por uma vida inteira “esses graves estressores podem ter efeitos de longo prazo no bem-estar físico e psicológico” (p.428).

A conceituação de risco sofreu modificações a partir da década de 1980, onde pesquisas na área de desenvolvimento humano permitiram ampliar a definição utilizada pela modelo biomédico vigente diretamente ligado à ideia de mortalidade, para um entendimento mais dinâmico, completo e integrado. A partir de então, a identificação de fatores que poderiam afetar o desenvolvimento, não somente de crianças, mas das pessoas ao longo de todo o ciclo de vida, passaram a ser acompanhados pela ciência, com o objetivo de favorecer respostas adaptativas diante das adversidades (SAPIENZA; PEDROMÔNICO, 2005). A definição de risco compreende variáveis e condições que ameaçam o pleno desenvolvimento. No campo da saúde mental, também tem sido nomeado por estressor, observando sempre o grau de comprometimento, intensidade e duração (ANTONI; BARONE; KOLLER, 2007). Quando presentes no ambiente poderão ser observados prejuízos no bem-estar, na saúde e nas competências sociais. Aspectos como o temperamento da criança, o ambiente familiar no qual está inserida, condições socioeconômicas e culturais, acesso escasso às políticas públicas, pais com diagnóstico psiquiátrico e vivência em contextos de violência podem ser considerados fatores que fragilizam e interferem no desenvolvimento pleno e saudável (GAUY e ROCHA, 2014; MAIA e WILLIAMS, 2005; SAPIENZA e PEDROMÔNICO, 2005).

Dillenburg *et al.* (2017) indicam em sua pesquisa os impactos que a vulnerabilidade social traz para o desenvolvimento neurocognitivo da criança. Neste estudo, foi utilizada a Teoria Histórico Cultural de Lev Semenovich Vygotsky para descrever a importância que o ambiente social tem na constituição do sujeito, relacionando o desenvolvimento da criança com a cultura que a cerca, bem como compreendendo os símbolos e ferramentas que vão mediar o seu amadurecimento. Destacam também que o desenvolvimento do cérebro acontece de forma acelerada até o sexto ano de vida da criança, podendo incidir sobre este processo fatores biológicos, psicossociais e ainda a qualidade do ambiente em que se vive. “Portanto, impactos negativos nessa fase podem, a longo prazo, afetar a capacidade estrutural e funcional da criança, influenciando negativamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do ser

humano” (DILLENBURG *et al.*, 2017, p. 289).

O contexto de vulnerabilidade social e os efeitos na saúde mental de crianças

Ao avaliar a desigualdade social no país, é possível constatar a complexidade de fatores que possibilitam sua compreensão. Variáveis históricas, culturais e sociais são investigadas e despertam a preocupação de pesquisadores que buscam possibilidades de promover ou ao menos indicar caminhos que minimizem os impactos gerados na vida de uma pessoa que se encontra em desvantagem social. Esse fator de desvantagem quando existente favorece a condição de vulnerabilidade social e pode se apresentar “a partir do acesso restrito aos bens materiais, simbólicos e culturais [...], abrangendo um leque de possibilidades e situações” (SOUZAA; PANÚNCIO-PINTO; FIORATIB, 2019, p. 252).

Tais restrições vivenciadas por diversos grupos, contribuem para a desvantagem no que concerne ao acesso à educação, condições dignas de moradia, trabalho e saúde de qualidade, dificultando o desenvolvimento e o alcance das políticas públicas que teriam por objetivo legitimar um desenvolvimento com dignidade. Sendo a desigualdade social favorecedora ao surgimento da vulnerabilidade, torna-se necessário definir este conceito considerado pelos estudiosos complexo e multidimensional. Caçado, Souza e Cardoso (2014) indicam que o conceito de vulnerabilidade social não deve ser visto como sinônimo de pobreza, mas como mencionado, a exposição às situações de desemprego, dificuldades de inserção social, frágil rede de apoio, enfermidades e violência, sem que apresentem condições ou acesso a recursos que diminuam a ocorrência de tais fatores.

É possível encontrar de acordo com Costa *et al.* (2018), uma correlação entre pobreza e vulnerabilidade, onde estudiosos referem-se à vulnerabilidade como “susceptibilidade à pobreza, outros a caracterizam como sintoma de pobreza. Haveria ainda aqueles que a compreendem como uma das dimensões da pobreza” (p.10). Tornou-se consensual a ideia de que qualidade de vida e bem-estar extrapolam o acesso a condições financeiras de existência. Outros indicadores contribuem para compor este conceito, a saber: a qualidade do ambiente onde se vive, o acesso a um conjunto de políticas públicas e também o grau de autonomia individual e política experimentado dentro da estrutura social. Por sua característica multicausal, é fundamental destacar que a vulnerabilidade social é um conceito de difícil definição, sem variáveis precisamente estabelecidas, contribuindo para que estudos a partir desse constructo possam não apresentar um indicador

exato de mensuração. Assim, adotar-se-á a seguinte compreensão: “a vulnerabilidade como a debilidade dos ativos que indivíduos, famílias ou grupos dispõem para enfrentar riscos existentes que implicam a perda de bem-estar” (Vignoli, 2001 *apud* Cançado, Souza e Cardoso, 2014, p. 2).

De acordo com dados apresentados pelo UNICEF (2018) em pesquisa realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2015, a população de crianças e adolescentes no Brasil era estimada em 55 milhões, e mesmo com a redução dos índices de pobreza na última década, ainda é grande o número de privações sofridas pelas camadas menos favorecidas, especialmente quando se compreende os impactos gerados para a infância e adolescência. Cerca de 6,5% dessa população estava fora da escola, 19% sofre algum tipo de privação em educação. Quando se trata de acesso a informação, são aproximadamente 10 milhões de crianças e adolescentes sem acesso à internet em seus domicílios, dos quais 70% são negros, apontando também para grave disparidade racial existente. Neste mesmo relatório, consta que o Brasil ocupou a sexta posição em uma classificação que avaliou o nível de pobreza de crianças e adolescentes entre as nações latino-americanas, tendo participado do estudo 17 países.

Cintra e Mathias (2018) apresentam o alcance da violação que crianças e adolescentes sofrem no país, onde 25,2% de menores de 14 anos viviam em famílias com renda per capita inferior a meio-salário mínimo. O estudo conduzido por Delgado *et al.* (2020) teve por objetivo avaliar o desenvolvimento motor de 110 crianças de quatro a dezessete meses e investigar sua associação com a presença de fatores sociodemográficos de risco, identificou que 63,6% apresentavam um desenvolvimento aquém do esperado e foi encontrada alta correlação estatística com características familiares tais como baixa renda, exposição à violência e baixa escolaridade dos pais.

Apontar caminhos para auxiliar na identificação das variáveis que incidem de forma prejudicial o desenvolvimento infantil, possibilita a compreensão de quais estratégias podem ser adotadas para intervir diante das necessidades não atendidas, agindo de forma preventiva. Di Tommaso (2006) preconiza algumas dimensões que devem ser observadas para que o desenvolvimento ocorra de forma integral, e principalmente, na fase da infância e adolescência, para que os direitos por lei dessa população sejam executados, pois “na ausência desses direitos, não é possível criar, potencializar ou exercer plenamente as capacidades humanas” (UNICEF, 2018). Tais dimensões referem-se a ter uma boa saúde física, estar devidamente nutrido, estar em pleno desenvolvimento de autonomia, protegido contra qualquer tipologia de violência, ser capaz de pensar, imaginar e raciocinar,

sentir e expressar emoções, integrar-se socialmente e experimentar momentos de lazer, e ainda, conforme apontam Squassoni, Matsukura e Pinto (2014) ter a percepção de apoio social, pois esta afeta diretamente no desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes.

Método

Este artigo traz um recorte da dissertação de mestrado de Antão (2020) que teve por objetivo elaborar uma proposta de intervenção para crianças em vulnerabilidade social focado no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. O objetivo deste artigo foi mapear intervenções cognitivo-comportamentais aplicadas no Brasil na última década para crianças e suas famílias em situação de vulnerabilidade social e extrair desses estudos reflexões e direcionamentos para propostas de intervenção neste contexto. Ações voltadas para ampliação do bem-estar e da qualidade de vida, principalmente na infância, vem sendo considerada uma metodologia eficaz para que desordens futuras não afetem o desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 2002). Dentre as diferentes abordagens psicoterápicas que se dedicam ao desenvolvimento de estratégias voltadas para a proteção da infância e adolescência, a Terapia cognitivo-comportamental (TCC) tem sido amplamente utilizada. Criada por Aaron Beck nos anos 60, a TCC aponta, que as disfunções cognitivas geram emoções negativas com ações ineficazes associadas. O foco da intervenção na TCC é voltado para problemas atuais, as sessões são estruturadas, os objetivos almejam mudanças cognitivas e comportamentais e a psicoeducação dos pais e cuidadores tem sido considerada uma ferramenta eficaz para adesão ao tratamento (WRIGHT; BASCO; THASE, 2009). Na infância, as técnicas são adaptadas considerando o desenvolvimento socioemocional apresentado e ainda é essencial a participação ativa dos responsáveis ou cuidadores ao longo de todo tratamento, contribuindo para maior consolidação dos resultados.

Essa pesquisa teve caráter qualitativo-exploratório-descritivo e utilizou o método da Revisão Integrativa da Literatura nacional. Trata-se de um tipo de pesquisa e instrumento da Prática Baseada em Evidências que permite o desenvolvimento de uma síntese dos estudos significativos da área pesquisada, oferecendo resultados com aplicabilidade prática e atualizada. Possibilita também a definição do problema, identificação de informações, busca de estudos na literatura vigente e avaliação crítica dos resultados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Foram combinadas as palavras-chaves com os operadores booleanos: (vulnerabilidade social) AND (infância) AND (Terapia cognitivo comportamental) AND (intervenção) para busca nas bases: LILACS /

BVS, *SCIELO*, CAPES e PEPISIC. Para que a busca fosse mais ampliada, os descritores foram utilizados de diversas formas, seguindo a esta ordem. Cabe ressaltar que a mesma ordem foi aplicada em todos os portais. Foram realizadas busca da literatura utilizando os descritores em português. Os critérios de inclusão adotados nesta pesquisa foram: artigos publicados em português nos últimos dez anos, estudos que indiquem intervenções realizadas na infância em situação de vulnerabilidade social. Foram excluídos artigos que não estão relacionados à temática do projeto. Posteriormente a busca inicial, foi realizada a análise dos títulos e resumos dos artigos e foram selecionados aqueles que estavam disponíveis na íntegra. Os artigos que cumpriram estes critérios foram analisados e descritos nesta pesquisa.

Resultado e discussão

A Revisão Integrativa da Literatura foi realizada conforme metodologia descrita, tendo sido encontrados 3.306 artigos, sendo 490 na plataforma BVS/LILACS, 5 artigos na PEPISIC, 2.783 na plataforma CAPES e 15 artigos na *Scielo*. Foram excluídos 429 artigos por não terem sido publicados nos últimos dez anos e após leitura do título, 2.814 artigos foram excluídos por não tratarem de intervenções direcionadas para a população investigada neste estudo. Sendo assim, 63 estudos foram selecionados para leitura do resumo e após esta etapa, 8 artigos foram selecionados para leitura e análise na íntegra. O quadro 1 apresenta a organização dos estudos analisados, contendo os autores, título e ano, revista de publicação, palavras-chave, local do estudo, objetivos, metodologia e participantes:

A análise dos textos estudados indicou que foram publicados entre 2012 e 2018, 6 estudos realizados no

Quadro 1. Organização dos estudos analisados.

Nº	Autor	Título e ano de publicação	Revista	Palavras-chave	Local do estudo	Objetivos	Metodologia	Participantes
1	Luiz Eduardo de Azevedo Rossini e Mari Nilza Ferrari de Barros	Ações preventivas no contexto da vulnerabilidade social Ano:2012	Serviço Social em Revista	Infância, Vulnerabilidade, Educação, Ação Proventiva, Psicologia Social	ONG de Londrina	Analisar as ações preventivas desenvolvidas pela equipe multidisciplinar de uma ONG	Um estudo de caso de caráter exploratório-descritivo, utilizando a pesquisa documental e de campo	Equipe multidisciplinar da Instituição
2	Marc Bigras e Andréa da Luz Machado	Apontamentos e reflexões sobre programas de apoio familiar que favorecem a competência social da criança Ano: 2014	Ciência & Saúde Coletiva	Competência social, Problema Do comportamento, Prevenção, Intervenção familiar	Estudo Teórico	Examinar os critérios de qualidade necessários aos programas de apoio psicossocial que visam intervir junto às famílias, no intuito de diminuir os problemas de comportamento das crianças e melhorar sua competência social	Pesquisa bibliográfica	Famílias
3	Andrea Perosa Saigh Jurdi e Maria Lucia Toledo Moraes Amiralian	Cuidados com a infância e a adolescência por meio de brinquedoteca comunitária Ano:2012	Estudos de Psicologia Campinas	Adolescência, Infância, Jogos e brinquedos e Suscetibilidade de a doenças	Centro de Convivência Previdência (Cecco Previdência – SP)	Relatar uma intervenção baseada no referencial da teoria winnicottiana, em uma brinquedoteca comunitária que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social	Pesquisa-ação, coleta de dados por documentos, relatos, narrativas de moradores, pesquisa bibliográfica e intervenção em grupos	Crianças e adolescentes entre 4 e 15 anos de idade, alguns moradores, dois brinquedistas e duas estagiárias.

Quadro 1. Organização dos estudos analisados.

Nº	Autor	Título e ano de publicação	Revista	Palavras-chave	Local do estudo	Objetivos	Metodologia	Participantes
4	Carolina Nascimento Dias e Raquel Souza Lobo Guzzo	Escola e demais redes de proteção: aproximações e atuações Ano:2018	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Rede de Proteção. Infância e adolescência, Psicólogo Escolar e Vulnerabilidades.	Escola de Educação Integral através do projeto ECO-AR da PUC Campinas-SP	Apresentar e discutir as relações possíveis da Psicologia com a rede de proteção à criança e adolescência e as possibilidades de mediação da escola com as demais redes de proteção.	Pesquisa-ação-participação	Professores, gestores, crianças, famílias e profissionais da rede
5	Andrea Perosa Saigh Jurdi e Maria Lucia Toledo Moraes Amiralian	<i>Ética do cuidado: a brinquedoteca como espaço de atenção a crianças em situação de vulnerabilidade</i> Ano: 2013	Interface-Comunicação Saúde Educação	Jogos e brinquedos, Ética, Vulnerabilidade e Redes sociais.	Brinquedoteca comunitária na zona oeste de São Paulo	Relatar o percurso de uma pesquisa que teve sua origem no encontro entre os campos da saúde e do social.	Pesquisa-ação	Crianças, adolescentes e os brinquedistas
6	Edda Bomtempo e Mírian Ribeiro Conceição	<i>Infância e contextos de vulnerabilidade social – A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde</i> Ano: 2014	Redalyc - Estudos e Pesquisas em Psicologia	Vulnerabilidade, Atividade Lúdica, Cuidados Primários em Saúde	Unidade Básica de Saúde na cidade de São Paulo	1) Detectar, por meio das atividades lúdicas, fatores que pudessem influenciar o desenvolvimento de crianças em situação de risco social 2) Entender de que forma o contexto influencia este desenvolvimento e facilita propostas de intervenções de profissionais nas áreas da saúde e da educação.	Metodologia qualitativa, em observação Participante, sendo criadas, para análise dos resultados, três categorias – o corpo, o encontro e o fazer	5 crianças entre seis e dez anos
7	Pamela Cristina dos Santos, Patricia de Moraes Lima e Gisely Pereira Botega	<i>Risco e vulnerabilidade: desafios na rede de proteção à infância no município de Florianópolis</i> Ano:2016	Revista Zero-a-seis	Infância; Risco; Vulnerabilidade, Rede De Proteção; Política De Assistência Social.	Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos (PAEFI-CREAS-Florianópolis/SC	Apresentar como a política de assistência social está organizada no município de Florianópolis/SC, enfatizando a rede de proteção à infância, a partir da noção de risco e vulnerabilidade.	Pesquisa Qualitativa, com análise documental	Crianças e adolescentes
8	Gislayne Cristina de Figueiredo e Heitor Henrique Fasutino	<i>Violência e vulnerabilidade social: impacto da intervenção psicossocioeducativa na garantia de direitos</i> Ano: 2018	Laplage em Revista	Violência, Políticas públicas. Educação não escolar. Psicologia social	ONG localizada na zona urbana do interior de São Paulo	Investigar como uma ONG que atende crianças no período do contraturno escolar lida com a violência, buscando compreender como a psicologia pode ajudar nesse processo.	Pesquisa Qualitativa	Equipe atuante na ONG, familiares e crianças e adolescentes de 7 a 14 anos

Estado de São Paulo e 2 estudos na região Sul, tendo como principal local de intervenção Organizações não governamentais (ONG's) situadas em locais de maior vulnerabilidade social. A metodologia utilizada em todos os estudos foi a qualitativa, tendo a pesquisa-ação como principal modelo de compreensão da realidade vivenciada pela população estudada, possibilitando a construção de novos saberes a partir da relação com o coletivo. Os participantes dos estudos foram crianças, adolescentes, famílias e profissionais que compunham de modo multidisciplinar as equipes. A partir das informações extraídas dos artigos, foi possível elaborar as seguintes categorias de análise:

A intervenção em rede para garantia de direitos na infância

Propostas de intervenção que se dediquem à construção de estratégias visando a diminuição dos impactos gerados em contextos de vulnerabilidade social, de maneira primordial, devem considerar que isso se fará através de diferentes segmentos que contemplem as necessidades físicas, emocionais e sociais de crianças e adolescentes. Em suas disposições gerais sobre práticas preventivas, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) preconiza que ações articuladas entre a saúde, assistência social, educação e os órgãos de promoção, proteção e defesa devem ocorrer como forma de possibilitar os recursos necessários para a integralidade do desenvolvimento. Dias e Guzzo (2018) descrevem a experiência com o desenvolvimento do projeto Ecoar (Espaço de Convivência Ação e Reflexão) da PUC-Campinas que realiza ações comunitárias através da família, escola e demais redes de proteção para que uma compreensão aprofundada da realidade seja realizada e as propostas interventivas possam ser pensadas a partir do fortalecimento dessas redes de apoio. As autoras mencionam ainda a importância que o profissional psicólogo desempenha nesses contextos, necessitando, contudo, romper com a lógica clínica e individualizante, caminhando para intervenções que contribuam para transformação social através da promoção da autonomia e emancipação. E conforme apontam Rossini e Barros (2012), estudos futuros podem auxiliar entidades e a sociedade a se comprometerem com o desenvolvimento de uma consciência política, sendo este um caminho possível para diálogos que estimulem a autogestão.

Pensar saúde, segundo Jurdi e Amiralian (2012) é sobretudo promover encontros entre as pessoas não por seus sintomas, mas por suas conexões que podem ser experimentadas através da arte, do trabalho e lazer. As autoras descrevem um estudo realizado em uma brinquedoteca comunitária localizada na Zona Oeste de São Paulo com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, onde tornou-se

fundamental enfrentar a complexidade da realidade encontrada através do rompimento do campo teórico da Psicologia, adentrando pela História, Sociologia e Sistemas de Urbanização. Relatam ainda que nesses contextos, a falta de conectividade entre os serviços e rompimentos repentinos nos vínculos estabelecidos causados por trocas constantes de profissionais e iniciativas que não apresentam continuidade, provocam muita desconfiança nas pessoas, impossibilitando muitas vezes o desenvolvimento de um senso de coletivo e conseqüentemente de rede. Uma medida encontrada foi a dedicação inicial para que a confiança pudesse ser estabelecida, possibilitando a construção de parcerias. Dessa forma, apontam que “tecer a rede de responsabilidade compartilhada foi um dos caminhos encontrados para ampliar a rede de cuidados que ia sendo tecida por meio da brinquedoteca” (JURDI; AMIRALIAN, 2013, p. 282).

Em uma das frentes de atuação preventivas realizadas pela ONG Associação Mãos Estendidas (AME) em Londrina, que atende crianças, adolescentes e famílias em risco social, Azevedo e Barros (2012) descrevem que na área psicossocial, são ofertadas visitas domiciliares e orientações em grupo para famílias, com o objetivo de instrumentalizar os responsáveis para que através do diálogo e da reflexão, possam engajar-se nos movimentos de transformação social, que iniciam no âmbito intrafamiliar e alcançam maior participação na vida da comunidade, despertando maior consciência política e autonomia. Assim, os elos vão sendo construídos e o entrelaçamento da rede local pode ser estabelecido, possibilitando às crianças e adolescentes receberem cuidado e atenção de forma mais ampliada.

Ainda so bre a importância do trabalho com famílias, Bigras e Machado (2014) destacam que programas destinados ao desenvolvimento de competências sociais de crianças e adolescentes, apresentam maiores chances de sucesso quando as famílias são instrumentalizadas para aplicar tais habilidades, contribuindo para diminuição das dificuldades de comportamento. Neste estudo teórico, os autores ao avaliarem programas desenvolvidos nos Estados e Canadá a partir da década de 80 (*Incredible Years*, *High Scope* e *Fast Track*), enfatizam que as estratégias desenvolvidas colocam os pais em um entendimento de que não são culpados por uma relação instável no âmbito familiar, mas que de forma bidirecional o sistema é afetado, resultando em comportamentos desadaptativos. Assim, podem se responsabilizar ativamente pelo desenvolvimento de habilidades que tornarão o ambiente protegido e seguro.

Também, como importante local para estruturação de atividades de conscientização, prevenção e promoção de cuidados, a escola pode atuar de forma participativa na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Lima, Santos e Botega (2016) apresentam a organização da

Política de Assistência Social em Florianópolis/SC a partir do ano de 2005, constituída entre outras frentes, por uma equipe direcionada para realização de intervenções preventivas em escolas, com ações para combate à violência doméstica. Mas as autoras apontam que esses diálogos precisam ir ao encontro de capacitações que contemplem adequadamente a formação técnica de professores, contribuindo assim para que a desinformação possa ser combatida e conseqüentemente cooperem com medidas de preservação do desenvolvimento infanto-juvenil. Cabe ao profissional de Psicologia pautar sua prática profissional para ser favorecedor de diálogos que possibilitem articulações, distanciando-se de visões simplistas, buscando a partir da realidade social encontrada formas para oferecer estabilidade e amparo às crianças e adolescentes.

A importância da relação do pesquisador com o contexto a ser estudado

Adquirir uma experiência com o contexto a ser estudado tem indicado bom prognóstico no desenvolvimento e manutenção de estratégias de intervenção para contextos de vulnerabilidade social. Bomtempo e Conceição (2014) em seus estudos realizados com crianças em uma região de vulnerabilidade social de São Paulo, com o objetivo de investigar como atividades lúdicas e grupais influenciavam o desenvolvimento dessas crianças, bem como descrever de que maneira o conhecimento da realidade na qual essa criança vive, pode contribuir para alterar positivamente o curso de vidas, utilizaram como parte do procedimento para coleta de dados, uma descrição detalhada do contexto onde a criança estava inserida. Relatam que “a escolha deste procedimento ocorreu por permitir a obtenção da visão dos sujeitos sobre seu próprio meio, além da fidelidade das experiências e interpretação do autor do relato, sobre o mundo e o ambiente de desenvolvimento da criança (BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 500). Retratam ainda, que nesses contextos, os vínculos tendem a se estabelecer de forma insegura e permeado por impessoalidade, uma vez que as situações de privação podem favorecer dificuldades nos cuidados direcionados às crianças, sendo muitas vezes limitado a garantir o alimento para casa, com escassos estímulos afetivos. Dessa forma, as autoras indicam que muitas vezes durante a realização das atividades grupais, as próprias pesquisadoras iam tornando-se referências afetivas para as crianças: “assim, a possibilidade de estarmos juntos mesmo que em poucas horas por semana permitia o significar e o ressignificar de algumas ações, encontrando outras formas de expressão, de valor e de desejos frente a diferentes situações” (BOMTEMPO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 504).

Figueiredo e Faustino (2018) em uma pesquisa qualitativa, se propuseram a investigar como uma

ONG do interior de São Paulo que atende crianças em contraturno escolar, lida com a violência, refletindo sobre o papel do psicólogo neste contexto. Como destaque em suas discussões, descreveram que o profissional precisa conhecer a realidade na qual irá atuar, possibilitando ações práticas dentro da necessidade da população, “para que seu trabalho não seja descontextualizado, e possa contribuir para que as pessoas possam ser agentes de transformação social” (FIGUEIREDO; FAUSTINO, 2018, p. 236). Sendo inúmeras as variáveis atravessadas pela intervenção em contextos de vulnerabilidade social, realizar uma aproximação com a realidade da comunidade, conhecendo seus desejos, anseios e desafios, permitirá ao pesquisador descrever sob quais violações estão sendo submetidos, mas sobretudo, acessar as pessoas em sua totalidade, com suas histórias e possibilidades (JURDI E AMIRALIAN, 2013). E também conforme amplamente preconizado por Brofenbrenner (2002), importante teórico e pesquisador sobre a bioecologia do desenvolvimento humano, é urgente métodos de estudos que considere a validade ecológica dos experimentos, pois “grande parte da Psicologia desenvolvimental é a ciência do comportamento desconhecido da criança em situações desconhecidas com adultos desconhecidos por períodos de tempo mais breves possíveis” (BRONFENBRENNER, 1979/1996, p. 16 *apud* GARCIA *et al.*, 2009, p. 57).

Considerações finais

Conforme indicado por este estudo, a intervenção em um contexto de vulnerabilidade social necessita de inúmeros diálogos para que as propostas desenvolvidas atendam às necessidades das populações estudadas. Não foram encontrados protocolos desenvolvidos no país de acordo com referencial teórico da Terapia cognitivo-comportamental, resultando assim, na demonstração de espaços para trabalhos de intervenção que favoreçam o acesso de crianças e suas famílias em vulnerabilidade social a técnicas terapêuticas baseadas em evidências. De acordo com o resultado da Revisão Integrativa da Literatura, pesquisas realizadas na última década apontam para a intervenção em rede como prática essencial no que concerne a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Como orientação, ao estruturar as sessões de futuros programas ou protocolos, são indicadas articulações com profissionais de outras áreas de atuação da rede, no intuito de que crianças e suas famílias tenham acesso a informações acerca dos fatores que geram estimulação e manutenção para uma saúde mental saudável, tendo o foco na prevenção o principal objetivo. Sessões estruturadas e direcionadas também são indicadas para favorecer a proximidade com profissionais dos equipamentos da rede atuante

no bairro (saúde e assistência), com o objetivo de instrumentalizar os pais a lidarem de maneira saudável com as necessidades das crianças, favorecendo vínculos e propiciando mais autonomia à população.

Outro ponto a ser destacado com os resultados encontrados, versa sobre a inserção do pesquisador na comunidade que se pretende intervir, esta ação precisa ser algo essencial para que as estratégias levem em conta questões nascidas do contexto estudado, a partir das relações ali construídas.

Decerto, fazer uma proposta interventiva em uma realidade onde há diversidade de carências se torna um desafio para o pesquisador. Mas contribuir para que o acesso a métodos e técnicas sejam amplamente utilizados e façam parte das políticas públicas nesses contextos, atingindo populações que vivem situação de vulnerabilidade social, pode revelar formas legítimas de redução da desigualdade social nesse país.

Referências

ANTÃO, S. D. Proposta de intervenção psicossocial para crianças em vulnerabilidade social focada em habilidades socioemocionais. 2020. 112p. **Dissertação do Mestrado em Psicologia**. Orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

ANTONI, Clarissa; BARONE, Luciana Rodriguez; KOLLER, Sílvia Helena. Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 125-132, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/pVTTwmLhdKgk49kvyHCtdLN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 30 jul. 2019.

BIGRAS, Marc; MACHADO, Andréa da Luz. Apontamentos e reflexões sobre programas de apoio familiar que favorecem a competência social da criança. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 663-672, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VvzphYtpd86HbDwCjFtpvQP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 11 jul. 2020.

BOMTEMPO, Edda; CONCEIÇÃO, Mírian Ribeiro. Infância e contextos de vulnerabilidade social—A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 34, n. 87, p. 490-509, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200012. Acesso: 12 Jul. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 42, de 13 de outubro de 1995**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucoes-1>. Acesso: 10 out 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

CAMINHA, Renato Maiato; CAMINHA, Marina Gusmão. **Baralho da Regulação e Proficiência Emocional**. Novo Hamburgo: Sinopsys Editora, 2016.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA Rayssa Silva; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o Conceito de Vulnerabilidade Social. *In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso: 12 fev 2020.

CINTRA, João Pedro S.; MATHIAS, Renato. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2018.

COSTA, M. A. *et al.* **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, n. 2364, p.1-76, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf. Acesso: 11 fev 2020

DELGADO, Daiane Alves *et al.* Avaliação do desenvolvimento motor infantil e sua associação com a vulnerabilidade social. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 48-56, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fpa/VwhrhTc3VYStmN6P3hp63TP/abstract/?lang=pt>. Acesso: 10 Mar 2020.

DIAS, Carolina Nascimento; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Escola e demais redes de proteção: aproximações e atuações (im) possíveis?. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3061. Acesso: 11 Fev 2020

DILLENBURG, Andreia Ines *et al.* Vulnerabilidade social e desenvolvimento infantil: um olhar a partir da Teoria Histórico Cultural e da Neurociência. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 36, p. 279-295, 2017. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3203/1931>. Acesso: 18 Fev 2020

DI TOMMASO, Maria Laura. Measuring the well being of children using a capability approach An application to Indian data. **CHILD-Centre for Household, Income, Labour and Demographic economics - ITALY**, 2006. Disponível em: https://ideas.repec.org/p/wpc/wplist/wp05_06.html. Acesso: 20 Jan 2020

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; FAUSTINO, Heitor Henrique. Violência e vulnerabilidade social: impacto da intervenção psicossocioeducativa na garantia de direitos. **Laplage em revista**, v. 4, n. 3, p. 225-239, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201843533p.225-239>. Acesso: 10 Mar 2020

GARCIA, Narjara Mendes *et al.* Inserção ecológica: metodologia para pesquisar risco e intervir com proteção. **Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação**. ISSN 2175-3520, n. 29, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000200004. Acesso: 01 Ago 2020

GAUY, Fabiana Vieira; ROCHA, Marina Monzani. Manifestação clínica, modelos de classificação e fatores de risco/proteção para psicopatologias na infância e adolescência. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 783-793, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400009. Acesso: 30 Jul 2019

JURDI, Andrea Perosa Saigh; AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. Cuidados com a infância e a adolescência por meio de brinquedoteca comunitária. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, p. 769-777, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/TTwN7wZv6DrX5b7nNsfgz8J/?lang=pt>. Acesso: 12 Jul 2020

JURDI, Andrea Perosa Saigh; AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. Ética do cuidado: a brinquedoteca como espaço de atenção a crianças em situação de vulnerabilidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, p. 275-286, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/gnNcJT8BL4QcczD64cqYjJ/abstract/?lang=pt>. Acesso: 11 Jul 2020

LIMA, Patrícia Moraes; SANTOS, Pamela Cristina; BOTECA, Gisely. Risco e vulnerabilidade: desafios na rede de proteção à infância no município de Florianópolis. **Zero-a-Seis**, v. 18, n. 34, p. 288-302, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2016v18n34p288/32694>. Acesso: 12 Jul 2020

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em psicologia**, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002. Acesso: 30 Nov 2019

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROSSINI, Luiz Eduardo Azevedo; DE BARROS, Mari Nilza Ferrari. Ações preventivas no contexto da vulnerabilidade social. **Serviço Social em Revista**, v. 15, n. 1, p. 108-136, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/>

revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/13918. Acesso: 12 Jul 2020

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/stYqQ6cvpzPJRdqFwRr8NtH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso: 30 jul 2019.

SOUZAA, Larissa Barros; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATIB, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/abstract/?lang=pt>. Acesso: 08 ago 2019.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt>. Acesso: 10 jul 2019

SQUASSONI, Carolina Elisabeth; MATSUKURA, Thelma Simões; PINTO, Maria Paula Panúncio. Apoio social e desenvolvimento socioemocional infantojuvenil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 25, n. 1, p. 27-35, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/62651/87287>. Acesso: 30 mar 2020

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil.pdf>. Acesso: 26 fev 2020.

WRIGHT, Jesse H.; BASCO, Monica R.; THASE, Michael E. **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental**. Artmed Editora, 2009.